

## DIVERSIDADE NA INSTITUIÇÃO ARQUIVÍSTICA

### PRÁTICAS COM PÚBLICOS ESPECIAIS NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### DIVERSITY IN ARCHIVAL INSTITUTION

### PRACTICES WITH SPECIAL PUBLICS IN THE ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**TAIGUARA VILLELA ALDABALDE** | Professor adjunto e pesquisador da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), bacharel em Arquivologia (Unirio), mestre em História Social (USP), doutor em Ciência da Informação (UnB). Pós-doutorado na Fundação de Cultura Fernando Pessoa (Universidade Fernando Pessoa).

#### RESUMO

O artigo apresenta um estudo sobre a seguinte questão: em que medida o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Apees) tem atendido os públicos especiais no contexto das práticas de mediação cultural? Para tanto se adotou o método de pesquisa documental. Conclui-se que o Apees atendeu pomeranos, ciganos, indígenas e comunidade LGBT em 34 práticas de mediação cultural de diferentes tipos.

*Palavras-chave: diversidade; arquivo; mediação; comunidades.*

#### ABSTRACT

The objective is to present a study based on the following question: to what extent have the Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Apees) come to attend the special publics in the context of cultural mediation practices? Therefore, the documentary research method has been adopted. It's concluded that Apees served Pomeranians, Gypsies, Indigenous and LGBT in 34 cultural mediation practices of different types.

*Keywords: diversity; archive; mediation; communities.*

#### RESUMEN

El objetivo es presentar un estudio partiendo de la cuestión: ¿hasta qué punto lo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Apees) assiste a públicos especiales en el contexto de las prácticas de mediación cultural? Por lo tanto, la investigación documental fue adoptada. Se concluye que el Apees ha servido pomeranos, gitanos, indígenas y LGBT en 34 prácticas de mediación cultural de diferentes tipos.

*Palabras clave: diversidad; archivo; mediación; comunidades.*

## INTRODUÇÃO

[...] o compromisso de democratizar os arquivos e o trabalho com o patrimônio, são dois avanços (juntamente com outros) que têm o potencial de alterar significativamente a forma como pensamos os arquivos [...] outros estão agora explorando os caminhos em que uma profissão em mudança deve abraçar como um recurso de diversificação e democratização dos arquivos (Flinn, 2012, p. 20, tradução do autor).

Uma vez entendida a interseção entre o direito cultural e as instituições arquivísticas (Aldabalde, 2015), é possível destacar os seguintes direitos culturais associados aos arquivos públicos: o direito à identidade, à livre manifestação cultural, à proteção da diversidade cultural nas expressões plurais nos acervos, à fruição e ao desfrute do patrimônio arquivístico por diferentes segmentos da sociedade. Para atender esses direitos dentro dos princípios legais da isonomia, faz-se necessário não segregar os cidadãos e guardar as devidas distinções, identificando assim os públicos especiais. Entende-se por públicos especiais aqueles cujas condições especiais de vida somam-se à vulnerabilidade. Dado que a democratização dos arquivos é um processo a ser considerado de interesse permanente do Estado brasileiro como Estado democrático de direito, e que há públicos especiais que estão em condições socialmente vulneráveis e por vezes colocados à margem da fruição dos direitos inerentes à própria cidadania, julgou-se pertinente levantar a seguinte questão: em que medida o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Apees) tem atendido os públicos especiais no contexto das práticas de mediação cultural?

O atendimento aos diversos públicos, e também aos públicos especiais, encontra precedente, haja vista que Isabelle Chave (2012) pontua a inclusão, nos arquivos franceses, de pacientes em internação hospitalar pediátrica e geriátrica, assim como de uma parcela da população carcerária. A autora sublinha que isso ocorreu porque as instituições arquivísticas passaram a se identificar como fontes de cultura que deveriam estar à disposição dos mais variados públicos. Ora, o Apees é pioneiro em relação às práticas com públicos especiais por meio de mediação cultural. Objetiva-se levantar, em termos quali-quantitativos, as ocorrências dessas práticas em função de determinadas comunidades, respeitando-se as distinções entre as suas respectivas culturas, justamente com o intuito de trazer à tona os aspectos contextuais de tais práticas, possibilitadoras do atendimento desses públicos especiais. Esse levantamento pode servir de referência para se aprofundar o conhecimento sobre o binômio arquivo-sociedade e, particularmente, sobre essas práticas em relação às comunidades locais.

A partir de uma pesquisa documental que examinou as fontes primárias do Apees de 1985 até 2016, identificaram-se ao menos os seguintes públicos especiais: os pomeranos, os ciganos, os povos indígenas e a comunidade LGBT. Faz-se necessário apontar que o caráter inovador em relação aos públicos foi critério seletivo da pesquisa; assim não são abordadas comunidades já atendidas por outras práticas institucionais, tais como os afrodescendentes.

## A PRESENÇA DA DIVERSIDADE A PARTIR DE PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO CULTURAL COM PÚBLICOS ESPECIAIS NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ainda que a França esteja relativamente adiantada no processo de popularização dos arquivos públicos, Yves Jammet (2007) indica que há necessidade de democratizá-los, pois aqueles que se apropriam dos fundos, o fazem através de práticas conhecidas por uma elite de intelectuais que compõe a chamada “cultura arquivística”. Essa elite seria constituída por *experts* como pesquisadores, arquivistas, historiadores, genealogistas, paleógrafos, diplomatas, curadores, documentalistas e conservadores de documentos. Cabe salientar que a noção de cultura arquivística é comumente associada aos *experts* na literatura. É possível encontrar essa associação com os termos *archival culture* e *culture archivistique* nas obras produzidas por Richard Klumpenhouwer (1995), International Council on Archives (1999), Rebecca Schneider (2001), Bruno Galland (2004), Christian Hottin (2008), Unesco (2009) e Nadia Roch (2014).

Yvon Lemay (2012) pontua que, por meio do diálogo entre as diferentes expressões das culturas e os distintos públicos escolares, de imigrantes, idosos e prisioneiros, a instituição arquivística cumpre sua missão de valorizar o respectivo patrimônio custodiado. Dentre as atividades culturais praticadas no espaço do arquivo, Lemay (2012) identifica as seguintes: jornadas educativas, exposições, dinâmicas com genealogia, conferências, debates, oficinas, dossiês pedagógicos, publicações, arquivo itinerante, criação literária, teatro, música, trabalhos de artistas em residência, artes plásticas e a interlocução com a fotografia contemporânea. Essa relação de atividades possui relevância, pois no Apees também há ocorrências de práticas correlatas.

No âmbito dos serviços arquivísticos, “o método proativo pertence à rubrica da programação de extensão [...]” (Duff, 2017, p. 172), o que implica também a ampliação dos serviços arquivísticos para atender os públicos por meio da adoção de programas de extensão cultural que abranjam exposições, oficinas, publicações e atividades correlatas (Duff, 2017). No escopo da proatividade no domínio da mediação arquivística, optou-se por trabalhar com o conceito de mediação cultural.

A mediação cultural é um processo encaminhado por dois eixos estratégicos denominados “democratização” e “democracia cultural”, a partir dos quais a instituição arquivística se opõe à ocultação dos arquivos, centrando as suas atividades na participação e nas diversidades dos públicos (Jammet, 2007). Isso está de acordo com aquilo que é postulado por Jean-Marc Fontan (2007): as intervenções praticadas no âmbito da mediação cultural se inscrevem em campos precisamente determinados de ação, dentre os quais está a cultura comunitária, e, por conseguinte, o diálogo com as comunidades, com vistas a aproximar os excluídos e os marginalizados dos equipamentos culturais.

Partindo da premissa de que os arquivos são também equipamentos culturais, e que os acervos de interesse público com valor secundário para custódia permanente são considerados bens não exclusivos, é possível reconhecer que o serviço cultural apresenta as instituições arquivísticas como lugares mais abertos. Nesse seguimento, identificam-se três

grandes públicos para os arquivos: a) os pesquisadores/leitores que frequentam a sala de consulta: correspondem aos historiógrafos, mestrandos, doutorandos, graduandos, aos estudiosos em geral, curiosos, historiadores acadêmicos ou amadores; b) os internautas: aqueles que se conectam aos sites de arquivos para inúmeros fins contingenciados pelas limitações da ambiência virtual; c) os participantes das práticas culturais: constituem o grupo de cidadãos mais diverso, pois compreendem todas as faixas etárias, curiosos, profissionais e alunos (Guigueno; Pénicaut, 2015). Por ora, é possível afirmar que essas três categorias são aplicáveis também ao caso do Apees e, assim como no caso francês, sendo o público das práticas culturais aquele com diversidades mais expressivas.

Em termos de trajetória histórica, é notável que o Apees tenha estabelecido práticas de mediação cultural em relação a esses públicos especiais e isso tenha se consolidado a partir da Gestão Agostino Lazzaro (1995-2015). Cabe pontuar que o lugar institucional do gestor foi determinante para o encaminhamento das práticas na instituição. Agostino Lazzaro destacou-se como sociólogo, ator, poeta, escritor, diretor teatral e foi selecionado, em 1995, pelo então governador Vítor Buaziz<sup>1</sup> (1995-1998), em razão do êxito do seu projeto de antropologia visual com camponeses descendentes de imigrantes. Portanto, o saber-fazer adquirido pelo gestor influenciou a perspectiva em relação ao Apees, que foi (re)conhecido também como aparelho cultural. Dentre as diversas culturas postas em diálogo com a cultura arquivística, foram selecionadas as seguintes: a Pomerana, a Romani, a Tupi-Guarani e a cultura *queer*.

#### UM RESGATE DOS CAMINHOS POMERANOS

O Espírito Santo é o estado brasileiro com a maior colônia de pomeranos do país. Eles chegaram a esse estado em junho de 1859. A expressão “pomerano” deriva do termo *pomorje*, que, por sua vez, era utilizado para identificar os indivíduos arregimentados próximo ao mar Báltico e associados com as tribos eslavas. Esses colonos eram descendentes dos habitantes da Pomerânia, região que compõe a Polônia e a Alemanha, de modo que a maioria dos pomeranos capixabas possui origens no que hoje é território polonês. De acordo com Karl Monsma e Patrícia Bosenbecker (2014), existiam companhias no Brasil que agenciavam imigrantes. Os autores notam que os agentes recebiam dinheiro para ofertar contratos aos colonos e, assim, identificam que havia abusos de imigrantes por parte dos empresários, que se valiam da influência político-econômica para controlar os colonos. Portanto, entende-se que a maioria dos pomeranos capixabas esteve sob circunstâncias aproximadas ao status da escravidão, podendo inclusive aplicar-se o termo “escravidão branca”.

Monsma e Bosenbecker (2014) sublinham que as adversas condições de trabalho decorriam de uma relação de exploração em que se tiravam proveitos das vulnerabilidades dos imigrantes sem lotes de terra. Os autores constatam que houve uma privatização de certas funções do Estado, pois os empresários que lucravam com o negócio da imigração acabavam

---

<sup>1</sup> Foi eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT), contudo concluiu o mandato pelo Partido Verde (PV).

assumindo as funções estatais (Monsma; Bosenbecker, 2014). Nesse contexto, os pomeranos foram identificados com a *land* ou sítio, e também com os traços típicos sertanejos e/ou cai-piras (Hartuwig, 2011) que constituíam a mão de obra dos municípios rurais subordinados à lógica financeira de desvalorização do produtor local, por meio da precificação flutuante do mercado sobre os produtos agrícolas campesinos. Os contextos econômicos das famílias do campo vão ao encontro das tradições pomeranas, pois este povo era um povo camponês (Hartuwig, 2011). Essa submissão econômica ao mercado faz com que os campesinos precisem ao mesmo tempo consumir bens de necessidade e vender o que foi produzido. Ainda hoje, muitos desses agricultores pomeranos podem se encontrar em situação deficitária, já que carecem financiar a própria produção arcando com todos os riscos, dentre os quais estão as pragas, o tempo e a precificação desvalorizada. Os riscos podem levar ao endividamento ou à pobreza. Somando isso com a insipiência de políticas públicas para sua inclusão, esse processo levou à marginalização sociocultural de um considerável número de famílias pomeranas. É notável que o município de Santa Maria de Jetibá possua um programa de educação bilíngue: português e pomerano (Hartuwig, 2011).

Não é por acaso que o Apees tem atuado junto aos municípios do interior do estado do Espírito Santo incluindo aqueles com forte presença da imigração pomerana. Foi verificado que a maioria das efemérides realizadas com participação do Apees está ligada às comunidades interioranas de descendentes de imigrantes, alcançadas pela presença do “Arquivo itinerante”<sup>2</sup> e que participaram por meio de diálogos e da cessão de uso de arquivos familiares ao projeto Imigrantes.<sup>3</sup>

Em vista disso, considera-se digno de nota que as atividades concebidas, planejadas e executadas pelo Apees no ano de 2009 tenham ocorrido em torno de uma efeméride pomerano-brasileira. Tal evento de celebração de marco histórico foi referente à comemoração dos 150 anos da chegada dos pomeranos ao Espírito Santo. A data atribuída para o desembarque desses imigrantes foi o dia 28 de junho de 1859. No dia celebrado, realizaram-se diversos tipos de mediação cultural. Dentre tais práticas, uma pode ser considerada ímpar e sem precedentes na história dos arquivos: um itinerário em uma caravela. Essa embarcação foi projetada para simular aspectos das caravelas do período do Descobrimento, e esse barco em questão foi especialmente produzido para a comemoração dos 500 anos do Brasil. Um grupo de pomeranos foi identificado de acordo com as famílias, por meio dos sobrenomes inscritos na documentação da base de dados do projeto Imigrantes. Nesse ínterim, os pomeranos de distintos municípios do interior embarcaram com cartazes que explicitavam os seus respectivos sobrenomes, a fim de percorrer um trajeto predeterminado que remetesse ao

---

2 A partir de um escritório móvel instalado em um furgão, o projeto foi criado sob a designação de “cartório itinerante” no ano de 2000 e hoje fornece gratuitamente a certidão de registro de entrada do imigrante para o uso genealógico.

3 Inicialmente nomeado por “Banco etnográfico” em 1998, esse projeto está relacionado com a reunião de diversas fontes primárias e secundárias sobre a imigração no estado do Espírito Santo, incluindo variados arquivos pessoais.

percurso marítimo dos seus antepassados. O itinerário iniciou-se com a navegação pela baía, tendo como ponto de embarque o cais do bairro da enseada do Suá, na cidade de Vitória, e o desembarque no porto dessa capital.

Os registros apontam que, ao desembarcarem da caravela, os participantes foram recebidos por grupos de danças típicas na escadaria Bárbara Lindemberg, acompanhados por sessenta trombonistas que executaram músicas folclóricas. A cerimônia foi marcada pela presença de um coral dos professores de pomerano, que representavam os agentes ativos por uma formação bilingue nos municípios capixabas, com alta densidade de pomeranos, no âmbito do Programa de Educação Escolar Pomerana. O então e atual governador Paulo Hartung esteve presente e assinou a lei que criou o Dia Estadual da Imigração Pomerana, proposto pelo então deputado Atayde Armani, do Partido Democratas (DEM). O registro fotográfico dessa prática pode ser apreciado na figura 1:



**Figura 1.** Pomeranos capixabas em caravela, com trajes que simulam indumentárias de época, na ocasião de partida para um itinerário marítimo que simulou o percurso de seus antepassados.

Fonte: Fundo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Nesse caso, a efeméride esteve interligada com outras práticas de mediação cultural, tais como uma encenação com figurino que simulou os trajes antigos relativos ao período da imigração, um concerto de músicas folclóricas, um coral e uma performance de dança típica. Conseqüentemente, houve benefícios para o público especial homenageado e também para os artistas envolvidos, que puderam expressar as manifestações que se tornam legitimadas

com o apoio do Apees. Do ponto de vista das características tipológicas, os itinerários são tipos apontados por Vela (2001) com variantes no trajeto e, em sua maioria, são caminhadas ou percursos terrestres. Portanto, um itinerário marítimo com presença artística pode ser considerado uma inovação no território situado entre os arquivos e a cultura. Isso é pertinente, pois, na medida em que promove esse tipo de atividade, o Apees reforça a identidade do arquivo como campo de produção cultural inovador.

#### AO ENCONTRO DA CULTURA DO POVO CALON

Segundo Rodrigo Teixeira (2008), os povos ciganos migraram<sup>4</sup> para o Brasil em difíceis condições de vida, mas também havia membros ilustres na corte portuguesa do Rio de Janeiro. Há uma documentação de amparo jurídico para a regularização do status dessa população como civis no Brasil, e isso remete em particular ao registro de uma provisão emitida por d. José I em 1761 (Heynemann, 2007). A ascensão social de alguns ciganos ocorreu também na República. Destacaram-se na sociedade brasileira, por exemplo, os seguintes indivíduos com essas origens: o escritor Castro Alves (1847-1871), a escritora Cecília Meireles (1901-1964), o ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976) e o compositor Wagner Tiso (1945-).

De acordo com dados oficiais sobre os povos Romani no Brasil, da Associação Internacional Maylê Sara Kali, de 2013, há oitocentos mil ciganos residindo em 15 estados do país. Desde que o termo cigano passou a ser considerado pejorativo, o termo “Roma” tem sido utilizado para denominar os povos de maneira geral. Os Roma possuem várias grupos, dentre os quais o mais populoso no mundo é o povo Rom. No Brasil, entretanto, o povo Calon é o mais numeroso pela descendência de dois países, nomeadamente Portugal e Espanha. Estes ciganos foram deportados de Portugal ainda no tempo da colônia e, por isso, o idioma preserva algumas expressões do português arcaico. Contudo, houve uma expressiva onda emigratória de ciganos dos Balcãs e da Europa Central no final do século XIX. Também há comunidades que se identificam como parte dos Roma, tais como os Sinti, os Manush, os Lovara, os Kalderash, os Xoraxane, os Romanisael e os Romnichals.

Ocorre que, distintamente de outros públicos especiais, como, por exemplo, no caso da população LGBT, muitos ciganos parecem rejeitar e/ou guardar demasiada cautela quanto ao modo de vida dos gajôs (não ciganos). Isso implica na prática, por parte dos Roma, a abstinência ou a rejeição da cultura escrita e a valorização da tradição oral, de modo que os arquivos estão no rol daqueles espaços tipicamente gajôs, e, portanto, são lugares que não compõem o universo cultural das tradições ciganas. É preciso destacar que muitos ciganos optam por não aprender a ler e escrever justamente porque a identidade cigana está vinculada com um conjunto de regras sistematizado na linguagem falada, comunicado por meio

---

4 Em 500 a.C., os povos ciganos tiveram a sua terra natal invadida, em particular as áreas do Punjab e do Rajastão, sendo vendidos cativos aos persas, atual Irã, e revendidos para a Romênia, no Leste Europeu, de onde migraram para o mundo todo.

de narrativas memorialísticas e prescritivas inscritas no idioma Romani. O primeiro óbice que pôde ser notado na organização de práticas de mediação cultural por parte do Apees em relação ao povo Calon refere-se à dificultosa aproximação com os acampamentos e à compreensão das dinâmicas desse público especial.

Para atingir seus objetivos, o Apees criou internamente um grupo que ficou incumbido de estudar a cultura cigana e seus temas relevantes para projetar um encontro. Nesse sentido, os agentes do Apees também buscaram conhecer quais os ciganos que habitavam o Espírito Santo e como os grupos eram distribuídos. Foi estratégico que uma parte da equipe estivesse mobilizada em torno do trabalho que mapeou o município de Viana e descobriu um acampamento no bairro de Areinha com cerca de vinte famílias de Calon.

A partir do conhecimento produzido nos debates do Apees e do *know-how* da Gestão Agostino Lazzaro (1995-2015) com etnografia, procedeu-se à identificação da cultura Romani e das manifestações espontâneas encontradas nesse local. É possível apontar alguns dentre os principais traços culturais levantados e registrados em documentos fotográficos pelo Apees a fim de caracterizar o povo Calon: a presença das barracas produzidas a partir de colchas coloridas; as indumentárias femininas marcadas por rendados coloridos, utilizadas pelas mulheres e meninas; o espaço delimitado entre crianças e adultos a partir da separação por cortinas; a disposição da cama lateralmente; os adornos com lonas e tapetes; os lugares designados para o cozimento com o fogo no chão e utensílios característicos, como os tachos para preparo dos alimentos; a circulação de um estilo de música sincrética que pode ser designado por “sertanejo-cigano”; a indumentária masculina, com o uso de botas, cintos com fivelas de prata e dentes de ouro nos patriarcas.

A produção de registros fotográficos serviu de base para uma exposição em que os próprios ciganos participaram. Essa produção pode ser associada com a mediação e se confunde com a produção documental no âmbito da gestão dos documentos do executivo estadual que foram recolhidos ao Apees. Essa recente documentação, e nem por isso menos significativa, produzida no âmbito da função de mediação da instituição arquivística pode corresponder, ao menos em alguma medida, à determinada forma de compensação pela invisibilidade desse público especial e do seu lugar correspondente ou da sua representação nos espaços do Apees. Levando em conta os tipos e as quantidades de arquivos sobre os ciganos, percebe-se que a maioria dos arquivos atinentes a eles não diziam nada a respeito da diversidade dessas pessoas, pois em grande parte os registros compõem dossiês policiais. Isso é digno de atenção, já que, na ausência de documentos sobre os Calon, a narrativa da repressão policial se destacava por não haver o contraditório documentado, fornecendo assim evidências para estigmatização dos ciganos como gatunos, criminosos, desordeiros, nômades, um povo marginal, sem levar em consideração os aspectos contextuais complexos de diferentes grupos étnicos de imigrantes que foram marginalizados e perseguidos.

Para além da ampliação dos espaços constituídos nos documentos de arquivos que preservam atividades de repressão policial, o Apees também oportunizou a utilização democrática de diversos lugares dentro da instituição arquivística. Esses locais foram ocupados por práticas de mediação cultural em convergência com a mediação social, a qual é entendida



como a mediação que trata dos problemas sociais e oferece alternativas políticas para sua resolução por meio da participação das comunidades interessadas. Houve uma reunião na sede do Apees que congregou os ciganos e, inclusive, possibilitou a discussão sobre a criação da primeira associação dos ciganos do estado do Espírito Santo. Nesse caso, o Apees como lugar de poder não se encerrou em si mesmo, mas empoderou o público especial proporcionando sua participação na instituição arquivística.

Cabe assinalar que o Apees dispõe de espaços que têm sido objetos de democratização. Na concepção da nova sede, o então diretor geral concebeu uma área expositiva onde ocorrem diversas práticas de mediação cultural e, com a retirada da mapoteca para outro andar, essa área ainda pode ser aumentada, atendendo assim os desígnios do projeto original. Há outros lugares dentro da instituição que são abertos para as colaborações de artistas, inclusive de intervenções, dentre os quais se encontram uma sala de projeção, um jardim inspirado no conceito zen, as salas de consulta, uma biblioteca de apoio e um auditório aberto ao público.

No tocante a essa prática com os ciganos, constata-se que a dinâmica adotada foi, em um primeiro momento, mais aproximativa; depois, mais interativa. Os objetivos foram democratizar os arquivos e estimular a participação das comunidades ciganas no I Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais do Espírito Santo (2012). Esse encontro regional foi objeto de registro pelo Apees e teve como uma das finalidades o debate sobre os problemas enfrentados pelos ciganos nas vivências diárias no contexto da instalação dos acampamentos. Destaca-se que a interlocução com o mais significativo líder cigano do estado do Espírito Santo, chamado pela alcunha de “Eraldo Calon”, teve um papel tático. Esse líder foi um agente de articulação estratégica para que os funcionários do Apees estabelecessem a dinâmica aproximativa.

Constata-se que o líder possuía uma atuação plural no campo das comunidades tradicionais. Bárbara Thompson (2017) o inscreve em uma perspectiva multitradicional e registra a sua chefia em um terreiro umbandista, onde incorporava a entidade do cigano Dionísio. A autora acrescenta que Eraldo Calon era um devoto da famigerada cigana Adélia Kostichi.<sup>5</sup> Ao mesmo tempo, o líder cigano conservava as tradições dos povos Roma e Calon. A entidade incorporada por ele se manifestava com destaque para sua expressão linguística por meio do Romani e isso era compatível com a sua ascendência eslava, já que as tribos dos ciganos eslavos dominavam essa língua.

Essa presença marcante de uma identidade espiritual não obliterou as perspectivas políticas do primeiro encontro em 2012, que teve como enfoque as pautas sociais e foi coordenado pelo Apees em parceria com essa liderança cigana, culminando na produção do primeiro documento que sistematizava as reivindicações dos ciganos da região metropolitana de Vitória. Como uma continuidade desse encontro, a instituição arquivística organizou a

---

5 A sepultura da cigana Adélia Kostichi é a mais colorida e a mais visitada do cemitério de Santo Antônio, em Vitória, no Espírito Santo. Seu túmulo atrai uma diversidade e uma quantidade significativa de peregrinos.

efeméride do Dia Nacional dos Ciganos, que seguiu a tradição sendo dedicado à santa Sara Kali. Nesse dia ocorreu também o lançamento da exposição de documentos fotográficos produzidos no já referido encontro estadual. Na figura 2, observa-se uma prática com a adoção da linguagem oral na sede do Apees com a participação dos próprios ciganos.



**Figura 2.** Roda de conversa de ciganos debatendo o futuro de suas comunidades no espaço do Apees.  
Fonte: Fundo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Em resumo, foi possível identificar a adoção de um método de levantamento dos traços culturais do público especial, em particular os ciganos, por parte dos funcionários do Apees. Com isso, a mediação cultural configurou-se como *práxis*, na medida em que se fez presente uma consciência sobre o ato de mediar culturas distintas: a cultura cigana e a cultura arquivística.

Uma vez que, até o presente momento, esse método não foi registrado oficialmente pelo Apees, se faz necessário apontar que esse registro pode facilitar a replicação e melhoria do processo de mediação cultural, que, nesse caso, culminou na participação dos ciganos na instituição arquivística. Isso seria relevante também na medida em que ainda não há no país uma referência de uma sistematização do *know-how* no campo da mediação cultural em arquivos. A sistematização dessa metodologia poderia sustentar as possíveis iniciativas institucionais, inclusive com aporte financeiro, vide a possibilidade de um projeto destinado aos ciganos como o *Roma Cultural Mediation Projetc.*<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Segundo Michael Hayes (2009), esse projeto tem como objetivos: desenvolver competências interculturais en-

Por meio do levantamento dos traços culturais do acampamento Calon, o Apees movimentou-se para conhecer o seu público e, com isso, os ciganos também passaram a ter conhecimentos sobre a instituição arquivística. Houve, então, em alguma proporção, uma reciprocidade, isto é, os ciganos passaram a ter uma ideia da cultura arquivística e o Apees conheceu os ciganos. Assim, as práticas de mediação cultural foram possíveis devido à continuidade de aproximações da instituição em direção aos anseios desse público especial ao longo do tempo pela Gestão Lazzaro (1995-2015).

A estratégia da parceria foi decisiva, pois o acesso aos ciganos não é algo dado abertamente e se carece de permissão para circular em um acampamento Calon. A *práxis* de mediação cultural foi possível devido ao uso de linguagens comuns aos ciganos, como o apelo para a visualidade das fotografias e a oralidade das narrativas das rodas de conversa. Portanto, a adaptação do Apees foi necessária para que agentes da cultura Romani e da cultura arquivística pudessem se aproximar mutuamente sob a lógica do intercâmbio cultural. Somam-se a isso benefícios imateriais aos envolvidos, pois o contexto da atuação do Apees ocorreu de maneira relacionada aos valores democráticos que foram transmitidos nas práticas; dentre estes, nota-se a tolerância religiosa, o direito à livre manifestação cultural e o respeito à diversidade étnico-racial.

#### AS EXPRESSÕES CULTURAIS DOS POVOS TUPINIQUIM E GUARANI

O termo “capixaba” designa aquele ou aquilo que é natural do estado do Espírito Santo. Esse termo possui a origem na expressão idiomática dos indígenas para se referirem ao roçado de milho e à terra para o cultivo. A tradição dos povos indígenas contribuiu significativamente para a sociedade capixaba e para os imigrantes que aprenderam o plantio nas terras brasileiras. Isso fica evidente quando se considera a subsistência das famílias capixabas ao decorrer da história local e o próprio termo que serve como referência para a identidade das pessoas e coisas que provêm desse estado.

Como uma forma de reconhecimento da contribuição dessa população para o desenvolvimento do estado do Espírito Santo, no ano de 2013, o Apees contemplou a efeméride do Dia do Índio, criado pelo então presidente Getúlio Vargas, por meio do decreto-lei n. 5.540/1943. A efeméride trouxe ao território da instituição arquivística as diversas formas de expressão da cultura indígena, dentre as quais se destacam o artesanato, os instrumentos típicos, a dança, a pintura corporal e a música. Essas manifestações vincularam-se à inauguração da exposição de fotos intitulada *Djadjo Kwaa Awã*, que ficou acessível de 17 de abril até 17 de maio de 2013. A mostra teve como base uma série de registros fotográficos que capturaram os traços da cultura Tupi-Guarani, o modo de viver dos indígenas no Espírito Santo e o cotidiano dos povos Tupiniquim e Guarani no contexto de sua realidade social na reserva indígena de Aracruz, no litoral norte.

---

tre os prestadores de serviços públicos; conceder aos ciganos a igualdade de acesso aos serviços públicos; incluir os ciganos na sociedade; produzir documentação e treinamentos que possam ser replicados no exterior.

Os representantes dos indígenas foram ouvidos e os depoimentos encontraram lugar no auditório do Apees, sendo inclusive registrados. As declarações públicas dos índios foram assinaladas e reforçaram o aspecto das dificuldades sociais que são enfrentadas no cotidiano das famílias. Dentre os principais óbices, é possível sublinhar ao menos dois. O primeiro é a ausência de uma política de educação que considere de fato que os curumins são um público especial e os métodos pedagógicos utilizados deveriam respeitar as especificidades das crianças indígenas. Como consequência dessa falha de política pública no campo da educação, o segundo problema se apresenta: observou-se no discurso de uma líder indígena que ainda persiste a falta de isonomia e de acesso dos índios às oportunidades de ocupação de cargos com maior destaque na sociedade capixaba. Apesar da vulnerabilidade que caracteriza esse público como especial, as narrativas orais também marcaram os seguintes aspectos positivos no modo de vida dos índios: a relação com a *capixaba* ou terra de plantio como entidade viva, o provimento de alimentos que resulta do modo respeitoso para com o ambiente natural, os valores indígenas comunitários, as tradições artísticas, a qualidade de vida e a longevidade.

Além de oferecer um espaço para a voz dos índios durante a prática de mesa-redonda, o Apees realizou debates em torno de temas que refletiram as perspectivas dos brancos e/ou não índios sobre os indígenas. Nessa direção, destacaram-se três temáticas: a) o índio sob a perspectiva acadêmica; b) a fotografia antropológica; c) o herói nacional e indígena capixaba conhecido pelo nome de Arariboia. Cabe salientar que o Espírito Santo, por ser um território onde os índios vivem, torna-se referência a estudos para além de suas fronteiras. O líder indígena Arariboia nasceu no Espírito Santo, porém, um monumento foi erguido a ele na cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, onde o índio ainda desperta interesse cultural e científico.

No campo das fotografias expostas em *Djadjo Kwa Awã*, os olhares foram diversos, tanto pela pluralidade dos objetos enfocados como também pela própria participação de distintos fotógrafos, em particular Apoena Medeiros, Caio Perim, Filipe Campos, Gabriel Lordêllo, Lígia Sancio, Matheus Costa, Zanete Dadalto, Syã Fonseca e Ana Paula Gonçalves. No domínio da história e da historiografia, o Apees permaneceu de acordo com a sua trajetória definida a partir da Gestão Fernando Achiamé (1979-1983), que promoveu esforços para consolidar a instituição arquivística como um espaço de preservação de fontes úteis aos pesquisadores, dentre os quais estão os cientistas ou investigadores que tratam das temáticas indígenas. Nesse encaminhamento, o Apees também se consolidou como *publisher* da coleção Canaã, com 23 livros, que incluem a obra denominada *Donatários, colonos, índios e jesuítas*, lançada em 1998 (depois relançada em 2011), de autoria de Nara Saleto, docente da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), e o documento editado “Índios Botocudos no Espírito Santo no século XIX”, de Paul Ehrenreich (1855-1914), publicado em 1887 na Alemanha no periódico *Zeitschrift für Ethnologie: Organ der Berliner Gesellschaft für Anthropologie, Ethnologie und Urgeschichte*. Ambos os títulos da coleção contribuem para o legado historiográfico sobre o estado do Espírito Santo, para a identidade capixaba, e para questões indígenas tais como as guerras e a subjugação desde a época colonial.

Quanto ao desempenho, diante do papel cultural do Apees, se faz mister reconhecer que a repartição tornou possível a representação da cultura Tupi-Guarani em um espaço em que predomina a cultura arquivística, e isso é relevante, pois os arquivos por vezes representam os índios por meio de documentos expostos, ou eventos, sem oportunizar a estes a chance de representarem a própria identidade a partir de manifestações culturais herdadas. Essas, por vezes, são praticadas no cotidiano e se configuram até como meio para o sustento da população indígena. Um exemplo disso é o artesanato, que inclui uma variedade de artefatos musicais, de caça e ornamentais.

Em conformidade com aquilo que propõe Jammet (2007), as práticas de mediação cultural foram realizadas a partir de territórios culturais distintos, promovendo atividades que valorizaram as expressões de cada cultura em particular. As práticas identificadas decorrem também da livre expressão cultural dos próprios agentes envolvidos nesse processo de mediação e, no caso dos povos indígenas, em especial do povo Tupiniquim e do povo Guarani. Elas incluíram uma diversidade de agentes, tais como artesãos, autoridades espirituais, músicos, artistas das pinturas corporais, líderes, corralistas e chefes de famílias indígenas.

A política de parceria com o projeto denominado “Linguagens da terra”, coordenado por Caio Perim, foi decisiva para a viabilização dessa atividade junto ao Apees, pois permitiu o diálogo entre os índios, os agentes da instituição arquivística e da cultura indígena. O referido projeto teve como uma das principais bases de trabalho a aldeia Boapy Pindo, situada no município de Aracruz. O desenvolvimento desse projeto teve aporte conceitual que definia o artesanato como cultura material e herança patrimonial. A participação dos indígenas nas práticas de mediação cultural no Apees pode ser observada na figura 3:



**Figura 3.** Representantes dos povos Guarani e Tupiniquim ocupando o espaço público com práticas culturais.  
**Fonte:** Fundo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Se Jammet (2007) aponta que a democratização sem participação é um engodo, então é possível localizar nas práticas de mediação cultural desenvolvidas pelo Apees o eixo da

democracia cultural que leva em conta os aspectos qualitativos das populações. Por meio de manifestações das culturas Tupiniquim e Guarani no âmbito do espaço do Apees, as necessidades da aldeia foram expostas, as crianças, os idosos e os jovens dialogaram de maneira que, dentre os participantes da mesa-redonda, estavam os índios que comentaram sobre questões cotidianas.

Registrou-se uma variedade significativa de expressões da cultura Tupi-Guarani ligadas ao Dia do Índio, de maneira que essa diversidade de manifestações pode ser associada com a riqueza cultural dos povos indígenas expressada nas seguintes práticas: uma efeméride, visitas escolares e universitárias à exposição *Djadjo Kwaá Awã*, mesa-redonda, publicações, exibições de vídeo, concertos, coral Guarani, apresentação de danças tradicionais do povo Tupiniquim, debates, lançamentos de livro e mostra de artesanato.

Nota-se ainda que os indígenas, os públicos não indígenas e os agentes do Apees estiveram envolvidos, em alguma medida, na promoção dos seguintes benefícios: captação de recursos para as famílias da aldeia por meio da comercialização do artesanato; afirmação da identidade indígena; aproximação da cultura Tupi-Guarani dos territórios urbanos; potência de aprendizado das tradições indígenas, da relação saudável com os recursos naturais; e, por fim, o contato com a diversidade cultural concernente aos indígenas que vivem em situação de vulnerabilidade social.

#### **A CESSÃO DO ESPAÇO INSTITUCIONAL PARA TORNAR A COMUNIDADE LGBT VISÍVEL**

Dentre os públicos especiais, a comunidade LGBT<sup>7</sup> tem sido pouco estudada e acanhadamente considerada pelas instituições arquivísticas no Brasil. Apesar do expressivo número e de rica diversidade inerente a essa parcela da sociedade, ainda não é usual que os arquivos públicos tenham uma programação cultural ou catálogos seletivos com as temáticas atinentes a essas comunidades. Em que pese a ausência de políticas públicas arquivísticas para esse grupo, ainda há, mesmo que esporadicamente, algumas práticas que os atendem.

Esse é o caso da parceria do Apees com o Espírito Santo Cineclube Diversidade e a Secretaria de Cultura do Estado na prática de exibição audiovisual da sessão intitulada “Cinema e cultura: cineclubismo como espaço da diversidade”, que ocorreu na sala Amylton de Almeida, na sede do órgão, em 2014. A prática se insere no campo da fruição cultural e seu objetivo foi levar ao público curtas e longas-metragens abordando os temas das diversidades afetivas. Outro objeto da matéria contida nos filmes foi o movimento persecutório contra os homossexuais durante o holocausto de gays e lésbicas a partir da perspectiva da película *Bent* (1997). O filme é uma adaptação da peça de teatro de Martin Sherman (1979), tendo no cast atores célebres como Mick Jagger, Jude Law, Ian McKellen e Clive Owen.

---

7 A sigla LGBT refere-se aos homossexuais, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. Contudo, em termos de comunidade, também é extensiva às pessoas intersex, aos indivíduos aromânticos, assexuais, autosssexuais, pansexuais, polissexuais, demissexuais, hermafroditas, andrógenos, demirromânticos e poliamoristas.

Do mesmo modo que os demais casos aqui tratados, houve associação de práticas com uma efeméride, e, especificamente, com o Dia Municipal contra a Homofobia, instituído pela lei municipal de Vitória n. 8.552/2013. Tendo em vista iluminar alguns aspectos da prática da mediação entre a cultura arquivística e a cultura *queer*, faz-se necessário lançar luz sobre aspectos contextuais. O primeiro aspecto relaciona-se com o espaço cedido pelo Apees para dar visibilidade às questões da comunidade LGBT durante a Gestão Lazzaro (1995-2015). A cessão da sala Amylton de Almeida é significativa, pois o espaço é uma homenagem ao nome do jornalista, literato, dramaturgo e cineasta Amylton Dias de Almeida (1946-1995).

Jeanne Bilich e Márcia Rodrigues (2005) consideram Amylton de Almeida um dos mais relevantes intelectuais capixabas, que reconheceu a luta dos homossexuais no campo de reivindicações de direitos. Os autores registram uma frase de Almeida que denunciava a tentativa de descaracterização da luta pelos direitos sob o argumento de que tais movimentos seriam meramente produtos de um modismo passageiro. O cineasta denunciava que a investida contra os direitos dos homoafetivos sob tais pretextos era a exposição de uma lacuna na própria ética de uma sociedade sem responsabilidade para com o outro e que cerceava as manifestações da diversidade. É possível verificar fotos e manuscritos do dramaturgo nas paredes externas do auditório que servem como um tipo de frontispício para quem o adentra. Essas figuras, devidamente contextualizadas, podem evocar, particularmente aos membros do Espírito Santo Cineclubes Diversidade, um sentimento de pertença, comunidade, responsabilidade para com uma definição identitária. Isso porque sua criação resulta da intenção de dar visibilidade a uma pauta comum entre as comunidades LGBT e o referido cineasta. Não foi por acaso que a sessão do filme britânico *Bent* (1997) foi dedicada à memória de Amylton de Almeida (1945-1995), pois os conteúdos exibidos evocavam a miséria ética dos nazistas e a força moral daquelas pessoas consideradas homossexuais, marcadas com a insígnia do triângulo rosa.

O enredo da obra aborda o momento da vida de um indivíduo do sexo masculino chamado "Max", que busca ocultar a sua natureza homossexual com a substituição do triângulo rosa pela estrela de David reservada para discriminar os judeus. A personagem foi movida pelo falso julgamento de que o seu destino poderia ser atenuado pelos algozes. Contudo, já no campo de concentração nazista, Max acaba por se envolver com outro sujeito, Horst, que, por sua vez, não tinha ocultado a sua identidade e trazia em seu uniforme o triângulo rosa. O enredo encaminha o telespectador no sentido de mostrar a dignidade e coragem de Horst, de modo que ele passa a ser um símbolo de resistência a favor da vida e da diversidade, e, por conseguinte, contra a máquina de morte montada para trucidar as pessoas vítimas da perseguição da sociedade nazista.

As pautas da visibilidade e do direito de amar se fazem presentes nas seguintes falas da personagem Max: "Acho que eu amo você... Não diga a ninguém. [...] Eu amo você... O que há de errado com isto?". Após ser testemunha ocular do assassinato do amigo pelos guardas por mero exercício de crueldade, Max coloca o corpo de Horst em uma vala, onde retorna depois para retirar suas vestes e vestir a camisa com o triângulo rosa. Em seguida, Max muda de postura em relação ao enfrentamento a seus inimigos e fica de frente para a cerca. Essa, por

sua vez, pode simbolizar toda a estrutura covarde e agressiva montada contra as pessoas ali aprisionadas. O folder virtual de divulgação do filme, exibido no evento, pode ser observado na figura 4



**Figura 4.** Folder virtual do filme *Bent* (1997), exibido no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Fonte:** Material de divulgação da sessão "Triângulo Rosa", Arquivo do Cineclube Diversidade (2014).

Após a exibição do filme, foi realizada a prática roda de conversa, formada por membros com narrativas subjetivas que marcaram distintas perspectivas a partir de experiências ou opiniões com base em suas próprias vidas. O registro dos trechos das conversações contém as seguintes matérias dignas de nota, por revelar aspectos contextuais relevantes: a) o sentimento de pertença a um grupo é determinado também pela família, pois há uma expectativa no âmbito familiar sobre as pessoas, de modo que a normatização do outro pode ser uma constante fonte de frustração para os familiares e os homossexuais. Estes podem ser muitas vezes vítimas de cobranças, abusos, assédios e/ou abandono emocional; b) a pluralidade das formas de amar pode vir a significar uma ruptura com uma lógica predeterminada das relações entre as pessoas, sendo tal lógica considerada também como política, e que colocaria os indivíduos associados com a diversidade no rol dos provocadores e dos ameaçadores aos padrões estabelecidos; c) a identidade que é reprovada pela sociedade poderia estar mais ligada com a aparência ou apresentação do sujeito resistente à masculinização. Isso ocorreria pelo viés de uma percepção limitada aos modos de comportamentos típicos do chauvinismo masculino ou machismo; d) os casais homoafetivos podem enfrentar situações constrangedoras e de insegurança em ambientes não habituados com diversidades.

Embora as dificuldades narradas a partir da vida sejam uma questão de percepção dos indivíduos sobre ambientes, tempos e circunstâncias distintas, há um ponto em comum entre os discursos sobre a diversidade sexual na sociedade capixaba: os conflitos ou os óbices surgem a partir do momento em que essa diversidade fica visível. Após esse reconhecimento



identitário, o conflito entre o visibilizar e o não visibilizar é colocado no cotidiano dessas pessoas. Por um lado, os indivíduos homoafetivos podem simular comportamentos considerados heteronormativos para não deixar visíveis as suas condições, evitando assim os mais variados problemas rotineiros e, ao mesmo tempo, amputando uma parte significativa de sua vida. Por outro, se essas pessoas exercessem os seus direitos de livre manifestação fazendo com que a diversidade se tornasse visível, então aquilo que era alvo de estranhamento por ocultação passa a ser entendido no âmbito público e até aceito. Por isso, as questões reivindicatórias da comunidade LGBT estão ligadas com a visibilidade.

Em 2015, no dia 29 de janeiro, houve continuidade da parceria entre o Apees e o Espírito Santo Cineclubes Diversidade, que foi somada à participação da Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil no Espírito Santo e do Fórum Estadual LGBT. As práticas realizadas se deram em associação com a efeméride do Dia Nacional da Visibilidade Transexual e foram exibidos os seguintes filmes: *Trans em ação* (2014), de Fabricio Fernandez, filmado no Espírito Santo; e *Trans\*úcidix* (2013), de Tamiris Spinelli, produzido no Paraná. Agregada à prática de exibição das produções audiovisuais, figurou uma interlocução sobre o procedimento documental e jurídico para que as pessoas transgêneros pudessem ter uma retificação dos seus respectivos registros civis, visando a uma mudança de nome na certidão de nascimento.

Em 2016, o Apees realizou roda de conversa com o tema “A noite das longas facas”, com as seguintes parcerias: Conselho Municipal LGBT de Cariacica; Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil; Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos da Prefeitura de Vitória; grupo Nuvem (Multivix); organização não governamental Orgulho Gay do Espírito Santo; e projeto Gênero e Diversidade na Escola, vinculado ao Centro de Ciências da Saúde da Ufes. A designação da temática coincide com o título da peça de teatro encenada em 1985, de autoria de Amylton de Almeida (1945-1995), que abordava a personagem Valeska, uma travesti interpretada por Tina Moreira, atual coordenadora do Conselho Municipal LGBT.

Essas práticas marcaram o papel do Apees no que diz respeito aos exercícios dos direitos culturais dos cidadãos e, particularmente, ao direito à identidade. De acordo com Alain Touraine (2006), esse direito cultural é inerente às reivindicações dos sujeitos, para que não sejam desrespeitados, subjugados, desprotegidos, humilhados, ignorados, para defender uma memória coletiva, afirmar uma identidade e para que tenham o direito de ser quem são.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se que o Apees tem contribuído para a consolidação dos direitos culturais, dos valores democráticos como a tolerância, o respeito à diversidade e o reconhecimento da riqueza da cultura local por meio de práticas que envolvem os públicos especiais, isto é, cidadãos em situação de fragilidade e/ou vulnerabilidade. Nesse sentido, em termos qualitativos, o Apees tem atendido os seguintes públicos especiais, por meio dos seguintes tipos de práticas de mediação cultural: a) os pomeranos: envolvidos na efeméride de come-

moração do Dia do Imigrante Pomerano no estado do Espírito Santo, por um itinerário em uma caravela, em uma figuração de roupas que simulam trajes antigos, com concerto de músicas folclóricas, coral e apresentação de dança típica; b) os ciganos Calon: participantes em um encontro regional, em duas rodas de conversa, em uma efeméride para Sara Kali e para o Dia Nacional do Cigano, além de uma exposição de documentos fotográficos; c) os povos Tupiniquim e Guarani: protagonistas da efeméride do Dia do Índio, com exposição de fotos, concerto de coral Guarani, roda de conversa, mostra de artesanato, apresentação de danças tradicionais do povo Tupiniquim, performance de pintura corporal, concerto de música com os instrumentos típicos, mesa-redonda, duas publicações, uma exibição de vídeo, dois debates e dois lançamentos de livros; d) a comunidade LGBT: colaboradores em duas efemérides, duas exibições de filme, três rodas de conversa e uma palestra.

Embora se tenha constatado que essas práticas não foram sistematizadas, as gestões do Apees parecem reconhecê-las como recursos úteis para a consolidação da identidade do órgão como equipamento cultural e lugar de democratização da cultura arquivística, ainda que de forma tênue. Somam-se a isso as potências não exploradas de colaboração da instituição arquivística com órgãos afins, como o Museu Capixaba do Negro, que media culturas afro-brasileiras, com instituições ligadas aos direitos civis e aos indicadores de estatísticas sociais. Conclui-se também que a presença das diversas culturas e, em particular, da cultura Pomerana, da cultura Romani, da cultura Tupi-Guarani e da cultura *queer* decorre diretamente de uma perspectiva da Gestão Lazzaro (1995-2015) e da Gestão Franceschetto (2015-), sobre o lugar do Apees no setor da cultura.

Considera-se que o Apees adotou as linguagens compatíveis com os públicos especiais e buscou conhecer suas realidades, interesses e necessidades, também efetivando um diálogo com os interlocutores dos territórios culturais desses públicos. Isso permitiu o estabelecimento de protagonismos, envolvimento, parcerias, cooperações e participações que foram indispensáveis para a realização das práticas de mediação cultural que atenderam os públicos especiais.

Entende-se, por fim, que o Apees poderia assimilar a mediação cultural como parte das suas atribuições finalísticas com o fundamento de que tal incorporação é juridicamente legítima, pois os direitos culturais associados aos arquivos, como os direitos à identidade, à proteção da diversidade cultural nas expressões plurais nos acervos, à fruição e ao desfrute do patrimônio arquivístico por diferentes segmentos da sociedade, teriam um amparo regimental da repartição. Com isso, o órgão pode vir a se destacar como um lugar de combate à intolerância, ao ódio, ao conflito entre as culturas, aos diversos modos de vida, aos preconceitos, aos erros históricos tais como: o abandono do Estado para com os colonos pomeranos ou a chamada “escravidão branca”; o extermínio indígena; e as perseguições violentas aos ciganos e aos membros da comunidade LGBT. O Apees pode vir a oficializar um dos papéis essenciais das instituições arquivísticas no Estado democrático de direito, que é precisamente atender os direitos culturais combatendo a sonegação a esses direitos por via de práticas de mediação.

## Referências bibliográficas

- ALDABALDE, Taiguara. Mediação cultural em instituições arquivísticas: o caso do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- BILICH, Jeanne; RODRIGUES, Márcia. Amylton de Almeida: “o guerreiro dos ideais” pela liberdade, democracia e cidadania (1980-1989). *Revista Ágora*, Vitória, n. 2, p. 1-32, 2005.
- CHAVE, Isabelle. Pourquoi valoriser les archives? La problématique en 2010. In: HIRAU, F.; MIRGUET, F. (org.). *La valorisation des archives: une mission, des motivations, des modalités, des collaborations*. Louvain: L’Harmattan, 2012. p. 51-64.
- DUFF, Wendy. Mediação arquivística. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Tradução de Anderson Martins. Revisão técnica de Heloisa Bellotto. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2017.
- FLINN, Andrew. Archives and their Communities: Collecting Histories, Challenging Heritage. In: DAWSON, Graham (ed.). *Memory, Narrative and Histories: Critical Debates*, New Trajectories. *Working Papers on Memory, Narrative and Histories*, University of Brighton, n. 1, jan. 2012.
- FONTAN, Jean-Marc. De l’action à la médiation culturelle: une nouvelle avenue d’intervention dans le champ du développement culturel. *Cahiers de l’action culturelle*, Laboratoire d’animation et recherche culturelles, Montréal, Université du Québec à Montréal, v. 6, n. 2, p. 4-14, 2007.
- FOURCADE, Marie-Blanche. *Cultural Mediation and its Keywords: Glossary*. Tradução de Käthe Roth. Montreal: s.ed., 2014.
- GALLAND, Bruno. Quel avenir pour la terminologie archivistique? *La Gazette des archives*, Paris, v. 196, Déontologie, accès aux archives, terminologie, archives orales des archives, p. 79-93, 2004.
- GUIGUENO, B.; PÉNICAUT, E. *Qui sont les publics des archives: Enquête sur les lecteurs, les internautes et le public des activités culturelles dans les services publics d’archives (2013-2014)*. Paris: Direction générale des patrimoines, Direction des archives de France, 2015.
- HARTUWIG, Adriana. *Professores(as) pomeranos(as): um estudo de caso sobre o Programa de Educação Escolar em Santa Maria de Jetibá, no Espírito Santo*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.
- HAYES, Michael. *Road Memories: Aspects of Migrant History*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2009.
- HEYNEMANN, Cláudia (ed). *Glossário de história luso-brasileira*. Provisão de d. José I. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. Disponível em: <<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=501&sid=72>>. Acesso em: 25 out. 2017.
- HOTTIN, Christian. Archives (orales) et ethnologie: une relation particulière? *La Gazette des archives*, Paris, v. 211, Les archives orales: bilan, enjeux et perspectives, p. 169-179, 2008.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Archivum* (International Review on Archives), Munchen; New Providence; London; Paris, v. 44, 1999.
- JAMMET, Yves. La médiation au service des publics: les enjeux, les moyses, les experiencias: réfléchir le project culturel et la médiation? Quelles stratégies pour l’action culturelle? In: *Actes du colloque “Quelle politique culturelle pour les services éducatifs des Archives?”*, 1 et 3 juin 2005, Hôtel de Ville de Lyon. Paris: La documentation Française, 2007.

KLUMPENHOUWER, Richard. The MAS and After: Transubstantiating Theory and Practice into an Archival Culture. *Archivaria*, Ottawa, n. 39, 1995.

LEMAY, Yvon. Comment valoriser? Les options possibles et leurs implications. In: HIRAUX, Françoise; MIRGUET, Françoise (ed.) *La valorisation des archives: une mission, des motivations, des modalités, des collaborations*. Louvain-la-Neuve: Academia L'Harmattan, 2012.

MONSMA, Karl; BOSENBECKER, Patrícia. A privatização de funções do Estado, a exploração dos imigrantes e conflitos nas colônias particulares. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 38, 2014, p. 1-22. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt23-1/9039-a-privatizacao-de-funcoes-do-estado-a-exploracao-dos-imigrantes-e-conflitos-nas-colonias-particulares/file>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

PEREIRA, Cristina. Ciganos: a oralidade como defesa de uma minoria étnica. *Oralidad – anuario para el rescate de la tradición oral de América Latina y el Caribe*, La Havana, Oficina Regional de Cultura de la Unesco para América Latina y el Caribe, n. 4, v. 1, p. 34-39, 1992.

ROCH, Nadia. Pour une reconsidération des archives de gestion et d'opération de la Cinémathèque suisse (CS) Mise en place d'un calendrier de conservation: étapes et enjeux. *Information-swissenschaft, Theorie, Methode und Praxis*, Bern, ed. 3, n. 1, 2014.

SCHNEIDER, Rebecca. Performance Remains. *Performance Research* (a Journal of the Performing Arts), v. 6, n. 2, 2001.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. *História dos ciganos no Brasil*. Recife: Núcleo de Estudos Ciganos, 2008.

THOMPSON, Barbara. *Entre cruzeiros e o túmulo da cigana Kostichi: símbolos demarcadores de memórias sociais e identidades religiosas*. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Vitória, 2017.

TOURAINÉ, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 2006.

UNESCO. *Histoire de l'humanité: Le XXe siècle – de 1914 à nos jours*. Paris: Éditions Unesco, v. VII, 2009. (Collection Histoire plurielle).

VELA, Susanna. Tipología de actividades. In: ALBERCH, Ramon; BOIX, Lurdes; NAVARRO, Natália; VELA, Susanna. *Archivos y cultura: manual de dinamización*. Gijón: Ediciones Trea, 2001, p. 159-163.

---

Recebido em 6/12/2017

Aprovado em 7/3/2018